

ÉTICA, ECONOMIA E GLOBALIZAÇÃO¹

*Frei Carlos Josaphat, OP**

Ética e economia não se identificam em seus objetivos e em seus valores específicos, mas visam de maneira diferente e complementar à realização do bem humano, desenvolvendo uma dupla forma conexa da racionalidade prática, a racionalidade técnica do saber fazer e a racionalidade ética do saber viver.

Daí a necessidade, cada vez mais premente, do encontro, da sinergia da ética e da economia. Encarada à luz da consciência moral, na perspectiva da religião, e nominalmente da Igreja de Cristo, a questão das questões vem a ser a urgência de uma ética econômica universal, plenamente ajustada e adaptada ao mundo moderno, susceptível de ser aceita por toda a humanidade em um processo, sem dúvida gradativo, de convicção e livre consenso.

* Frei CARLOS JOSAPHAT, O.P., teólogo dominicano, professor emérito da Universidade de Friburgo — Suíça, escritor, autor de *Moral, Amor & Humor — Igreja, sexo e sistema na roda viva da discussão*, Editora Record — Nova Era, Rio de Janeiro, 1997, *Santas Doutoras, Espiritualidade e a Emancipação da Mulher*, Edições Paulinas, São Paulo, 1999, entre outros. Atualmente leciona na Escola Dominicana de Teologia em São Paulo.

1. Conferência apresentada no Encontro de Professores da Faculdade São Luís, no dia 23/10/99.

A ética é possível hoje?

Essa questão, crucial em sua simplicidade, se concretiza nestes termos: seria viável o encontro e a harmonização dos valores éticos e dos interesses econômicos, dentro do quadro e do dinamismo de nossa civilização tecnológica, em processo de globalização?

A economia ocupa o centro das preocupações nas sociedades atuais. Um indício seguro dessa atenção generalizada dada à economia se encontra na imprensa escrita ou audiovisual. Nesses últimos vinte anos cresceram o volume e a qualidade dos espaços da mídia consagrados à informação e à reflexão econômicas.

Na base desse fenômeno mental de acentuação dos interesses da opinião pública pela realidade e o conhecimento da economia há uma espécie de mutação, surge como que um novo tipo cultural, marcado pelo paradigma da tecnociência e da economia. Denuncia-se a “idolatria do mercado” (H. Assmann) Estigmatiza-se, de maneira mais radical, o “economismo” (João Paulo II). A análise começa por constatar a predominância da economia de mercado, o lugar central que ocupa na vida, na mentalidade e na organização social. Antes de merecer uma condenação moral e para que possa ser confrontado a uma apreciação ética, esse fenômeno deve ser abordado em sua realidade e estudado em seu contexto e em sua motivação.

Objetivos, valores e interesses

Falamos dos objetivos como sendo a constelação de bens que motivam e suscitam a atividade, o saber e o sistema econômicos, assim como os outros sistemas sociais. A novidade moderna é que esses objetivos emergem com força e se tornam mais conscientes e mais motivantes. Essa novidade é uma resultante de vários fatores culturais que constituem ou integram a civilização tecnológica. Essa série de fatores são múltiplos e conexos e são mesmo utilizados pelos agentes econômicos em um trabalho inteligente de promoção e de publicidade. Sublinhamos particularmente a generalização da instrução, da comunicação, a multiplicação dos intercâmbios das novas tecnologias, das novas formas de vida, de produção e de distribuição de bens. A humanidade, a partir do Ocidente, entrou na fase do iluminismo econômico, em companhia e em conseqüência do iluminismo do pensamento.

Assim os objetivos econômicos se explicitam, se expõe ou impõe de maneira cada vez mais consciente ao conjunto da civilização tecnológica. A predominância da economia é um fato real e é um dado ideológico, entendendo-se a ideologia como imagem idealizada da sociedade e das formas sociais.

Os objetivos da economia se tornam presentes e ativos, suscitando interesses que movem à ação e valores que a motivam. Nessa acepção mais geral, interesses e valores constituem o dinamismo do agir, os interesses designando a presença e a intensidade do desejo, e os valores apontando para a qualidade desses desejos. Em uma segunda acepção, opomos interesses e valores. Os primeiros designam o desejo que encontram sua fonte e sua energia no bem particular do sujeito que deseja, enquanto que os valores designam uma referência ao bem humano em sua universalidade e em sua grandeza própria. Os valores se enraízam no reconhecimento da dignidade singular da pessoa humana e na primazia do bem comum em que essa dignidade se possa realizar plenamente, graças à promoção de todos os direitos para todos.

Valores e desejos no plano ético e econômico

O economista considera os valores sob o ângulo dos interesses. Olhando a realidade social e econômica, aí descobre e analisa um feixe de interesses. Trata-se de necessidades ou utilidades, que suscitam desejos e despertam buscas de satisfações, todo um dinamismo de demanda de bens, a que a economia deve responder com sua oferta de produtos, mercadorias e serviços. Essa perspectiva econômica é perfeitamente justa. O agente econômico se empenhará em analisá-la, recorrendo a métodos precisos e rigorosos, que podem atingir o nível do saber científico.

Os interesses dos indivíduos, dos grupos, das categorias sociais não serão catalogados e apreciados em termos de ambição, de egoísmos pessoais ou sociais, mas como energias que movem e motivam a economia. Os fundadores da economia moderna falavam com certa ironia desses “vícios privados” que são de fato para eles “virtudes coletivas.” Os interesses, que despertam os desejos e levam à ação, apareciam e aparecem aos economistas como a presença ativa e dinamizadora dos valores econômicos de criatividade, de produtividade, de alocação racional dos recursos e de partilha operacional das rendas.

Os valores econômicos serão, portanto, fundados e estudados não em uma visão universal do ser humano, da sua dignidade e do bem comum, o que fica reservado ao domínio da filosofia, da ética ou da religião. Os valores econômicos são visados e analisados em uma perspectiva positiva, a partir dos interesses e através desses interesses. Assim se funda e estabelece uma ciência econômica, independente da reflexão ética, filosófica ou religiosa.

A reflexão ética não recusa totalmente essa perspectiva como falsa, mas a aceita e integra como um elemento importante da realidade econômica e, portanto, da realidade humana. Pode-se condensar em algumas proposições as grandes evidências que asseguram e iluminam a conjunção da ética e da economia.

- A ética e a economia são duas formas distintas e interdependentes da racionalidade prática, que se empenha em realizar o bem humano na atividade, na esfera e na organização socioeconômicas. As leis e os valores econômicos são dotados de uma autonomia relativa, isto é, exprimem o que é e o que deve ser a economia em seu domínio próprio.
- A ética começa por reconhecer e confirmar a validade dessa normatividade econômica.

Para ser eticamente boa, uma economia há de realizar antes de tudo as suas próprias qualidades, de ser produtiva, próspera, enraizada na análise do presente e aberta à prospectiva do futuro.

- A economia deve ser animada, sustentada e dinamizada por fortes interesses de natureza econômica, de busca de proveitos, de lucros, de desenvolvimento, de criação de riquezas e de poder de mercado.

A inércia econômica não será jamais virtuosa. Os interesses legítimos não são apenas tolerados. São verdadeiros direitos no sentido ético, a serem respeitados e promovidos, pelos próprios interessados e pelo conjunto da sociedade.

Essa noção de interesses legítimos constitui o primeiro núcleo de encontro vivido e interdisciplinar da economia e da ética. A compreensão e a aceitação da legitimidade dos interesses encerram um elemento comum à economia e à ética. Uma e outra proclamam: são interesses legítimos aqueles que respeitam os interesses dos outros e contribuem para o bem geral da sociedade.

Mas a economia, atendo-se à sua própria normatividade, julgará da legitimidade em conformidade com seus valores econômicos de produtividade, apreciada em termos de rentabilidade e de outras vantagens que favoreçam a produtividade, exigindo que a sociedade e especialmente o Estado concorram para esses objetivos econômicos.

Reconhecendo tais objetivos como humanos, a ética os reconhecerá em conseqüência como autênticos valores a serem confrontados e harmonizados com os outros valores que conduzem à plena realização pessoal e social do ser humano. Este deverá ser reconhecido, respeitado e promovido em sua dignidade enquanto agente racional e ativo dentro do domínio da economia.

Uma economia pode realizar-se de maneira satisfatória, mesmo tendendo a uma otimização de seus resultados, racionalizando ao máximo seu sistema de produção, concentrando capitais e poder de mercado, privilegiando de maneira exclusiva toda a uma faixa escolhida de consumidores. Ela renuncia, assim, à função social de um serviço à totalidade da sociedade e à universalidade dos seres humanos. Ela se conformará a um modelo ético de tipo liberal ou somente de utilitarismo social. Esse modelo se pretende ético, porque tem um aspeto normativo, fundado nos valores de liberdade e de utilidade. Mas tal modelo desmerece a qualificação de uma ética que seja plenamente humana. Esta se conformará à totalidade dos valores que decorrem da dignidade da pessoa e das exigências do bem comum, visará à universalidade das pessoas e não a conveniência de uma parte dos clientes, mesmo que essa restrição fosse mais favorável a um eventual desenvolvimento econômico.

Originalidade dos valores econômicos

Podemos ilustrar a originalidade específica dos valores econômicos, analisando o empenho de modernizar a economia, tal como esse ideal se difunde hoje pelo mundo. A modernização compreende um conjunto de qualidades de racionalidade e de processos tecnológicos de gestão, visando maximizar e otimizar os resultados, as atividades, as relações e as organizações dentro das empresas e das redes de empresas que formam o sistema econômico. Essa maximização e essa otimização — das atividades e unidades de produção e de distribuição — sintetizam o conjunto dos valores econômicos. Elas constituem um setor ou uma região específica de normatividade da razão prática, da razão empenha-

da no saber e na prática da economia; essa normatividade regional, econômica, atinge uma parte do universo de ações e de relações do ser humano; e dele recebe um caráter de bondade e de retidão. Bem produzir, bem distribuir bens humanos constituem valores setoriais, regionais, autênticos, são valores econômicos. Esses valores emanam do ser humano, da razão prática e se destinam ao ser humano, à satisfação de necessidades e desejos humanos.

Aí reconhecemos uma possibilidade, que funda precisamente a viabilidade de uma ética econômica. Mas essa possibilidade não é uma necessidade, uma lei inscrita na atividade, no domínio e nos sistemas econômicos. Como realidades concretas, a atividade, o domínio e o sistema econômicos são animados por interesses que são marcados pela ambivalência, pois podem obedecer às ambições e desejos particulares ou conformar-se à universalidade das exigências do bem comum, na realização desses projetos de interesses particulares.

Responsabilidade e solidariedade dentro do sistema econômico

Abordamos o quadro doutrinal que esclarece e guia o nosso projeto ético. Concentramos nossa reflexão sobre o binômio axiológico *responsabilidade-solidariedade*, procurando situá-lo no contexto da realidade econômica encarada sob o ângulo do *sistema*.

Emergência histórica da responsabilidade e da solidariedade

O surgimento e o desenvolvimento históricos do duplo tema conexo da responsabilidade e da solidariedade marcam uma certa maturação da civilização, da cultura, do direito, da economia e muito particularmente da ética. Esta se mostra então capaz de ir ao encontro dos problemas sociais, apreendidos e analisados em seu contexto real e em relação com os sistemas que emergiam e cresciam, formando o sistema global do mundo científico e tecnológico moderno.

Encontrando-se com a solidariedade, a responsabilidade se afirmava como a plena realização da liberdade, a grande conquista do mundo moderno, nos campos da política, da economia e da mídia. Mas a hegemonia da liberdade, sua dominação exclusiva e absoluta desencadearam uma série de abusos e desequilíbrios, que culminaram nos conflitos e violências, de que a 2^a guerra mundial foi a ilustração mais ampla e trágica. A passagem da liberdade individualista à responsabilidade

solidária foi um longo processo de amadurecimento teórico e sobretudo prático da consciência de toda a humanidade. Esse processo contou com a experiência dos agentes econômicos, dos trabalhadores e dos chefes de empresa, dos líderes e movimentos políticos, bem como dos juristas e mestres do saber jurídico. Ele foi também enriquecido e estimulado por toda uma série de pensadores, de várias tendências e escolas, mas todos voltados para a reflexão sobre o sentido e o desenrolar da história humana.

Responsabilidade jurídica, política e ética

É da maior importância bem distinguir e articular as diferentes acepções da responsabilidade, situando-as no contexto histórico de sua aparição e no quadro atual dos problemas econômicos.

O qualificativo “responsável,” vindo do latim “*responsalis*,” está na base de toda essa evolução semântica. “Responsável” é “aquele que responde” por seus atos, suas omissões, pelas conseqüências e efeitos de uns e de outras, ou responde por uma função, por um cargo, por uma situação ou por algo a fazer. “Responder por” é uma noção complexa e coerente que supõe um poder, uma capacidade, uma competência, uma incumbência ou um dever, no momento ou antes da ação a realizar. E implicará uma imputação do mérito ou demérito da ação já realizada.

Esses significados, essas conotações e matizes foram desdobrados ou explicados nos vários campos em que se diferenciam, se fundam ou se justificam as múltiplas formas de responsabilidade.

A noção geral da responsabilidade surge da conjunção desse duplo elemento: “*Posso* e *devo* fazer” tal coisa. Essa noção se precisa com a pergunta *Por quê*, em *virtude de quê*, posso e devo fazer?

A resposta a essa questão fundadora da responsabilidade surge de três domínios principais: Posso e devo agir

- em *virtude de uma lei*, de uma disposição legal, — é a responsabilidade *jurídica*;
- em *virtude de um poder* de que estou investido, é a responsabilidade *política*;
- em *virtude de* uma convicção de minha *consciência*, — é a responsabilidade *ética*.

Com toda evidência, essas três formas de responsabilidade se distinguem mas não se excluem. Elas são mesmo complementares.

A responsabilidade jurídica estendendo-se ao plano penal, civil ou administrativo constitui uma garantia indispensável, visto a defectibilidade ou a fragilidade dos seres humanos, bem como o imprevisto das situações. Ela constitui uma rede defensiva e protetora contra os desmandos e corrupções dos que não se regem pela responsabilidade ética. Mas tornar-se-ia um conjunto de entraves, especialmente para a atividade econômica, se pretendesse suprir sempre as falhas da livre responsabilidade, e tomar o seu lugar na vida e na organização da economia ou da sociedade.

De maneira semelhante, uma empresa, um setor econômico, têm necessidade de uma responsabilidade de tipo política, isto é, ligada ao poder e confiada aos chefes, aos encarregados das diferentes funções de direção e de decisão. Mas, ainda aqui, é preciso reconhecer: o predomínio ou a hegemonia dessa responsabilidade dos detentores da autoridade é um desvio e uma perversão contrária ao bem humano, e mesmo ao bom êxito da gestão a longo prazo. A concentração da responsabilidade, sua identificação com os chefes e dirigentes, de maneira que se considere responsável somente aquele se acha à frente ou no exercício de um cargo, vem a ser ao mesmo tempo uma diminuição da capacidade de iniciativa no plano econômico e uma ofensa à dignidade humana, sob o ângulo ético.

Responsabilidade solidária

A responsabilidade ética está no centro de uma visão humana da economia. E sua promoção é o caminho certo para o desenvolvimento plenamente humano da economia. Como compreender essa responsabilidade ética, que inspira e orienta a responsabilidade política e jurídica?

A responsabilidade ética é aquela que convém a todo ser humano e se empenha na procura do bem humano para todos os seres humanos. A responsabilidade decorre da dignidade humana como uma propriedade ou exigência imediata. Assumindo sua dignidade, acatando a dignidade do outro, cada ser humano é levado a agir de maneira responsável. E uma associação, uma empresa, constituída de seres humanos reconhecidos em sua dignidade, será uma organização social em que se vive e

se partilha a responsabilidade. Por isso, qualificamos a responsabilidade ética de responsabilidade solidária. Ela não é prerrogativa de alguns privilegiados e não se exerce em benefício de alguns privilegiados. É a tomada de consciência por todos dos direitos de todos. Podemos destacar quatro elementos ou princípios que entram na estrutura e no funcionamento da responsabilidade: a *liberdade*, a *racionalidade*, o sentido do *dever* e da *situação*. A responsabilidade é essa atitude fecunda, criadora e operacional, porque ela é a síntese do que há de mais típico do ser humano. Ela une e reforça o que a pessoa tem de força realizadora de si e de transformadora do universo.

A liberdade implica o elemento negativo que é ausência de coerção externa e de sujeição aos instintos, interesses e paixões, mas se afirma de maneira positiva, como capacidade ao menos inicial de decidir, de escolher e de fazer. Ela é o princípio próprio de uma ação que exprime e realiza o desenvolvimento da pessoa e a modificação da situação e finalmente a participação ativa e criadora em um sistema. A liberdade é a primeira forma do desabrochar humano da pessoa e da sociedade. Ela é a condição *sine qua non* da responsabilidade, e mesmo ela a traz em si, de maneira embrionária.² Considerando a liberdade em si, fora de conotações históricas que a limitam, dizemos que a responsabilidade é a plenitude da liberdade, é a realização da independência acima da estreiteza do individualismo. Ela é o começo da consagração da pessoa ao bem, ao outro, à sociedade, o que coincide com o verdadeiro bem da pessoa.

O segundo elemento constitutivo da responsabilidade é a racionalidade que vem guiar a liberdade. Essa racionalidade é a forma de conhecimento que esclarece e orienta a ação. A razão se exerce sob a dupla forma conexas:

- da *razão-consciência*, fonte de convicção pessoal, permitindo e exigindo que o ser humano seja sincero, coerente com aquilo que experimenta em si como autêntico;

2. É verdade que um pensador como Emmanuel Levinas opõe liberdade e responsabilidade. É que ele raciocina a partir da liberdade individualista e do liberalismo absoluto como sistema dominante. A liberdade é entendida e reivindicada como dinamismo do interesse individual e como um fechamento sobre si mesmo. Dentro dessa perspectiva, a responsabilidade se define como o reconhecimento e a descoberta do outro, a dedicação ao outro, como superação da liberdade.

- da *razão-saber*, capacidade de percepção e de verificação, de apreciação das coisas, segundo os critérios objetivos do conhecimento comum e da informações apuradas da ciência e da técnica.³

O dever, terceiro elemento constitutivo da responsabilidade, é a obrigação ou lei interna que emana, qual imperativo da consciência, mas é susceptível de uma verificação racional. Essa dimensão de lei interior constitui o caráter propriamente ético da responsabilidade.

Finalmente, o quarto elemento que compõe a responsabilidade é a realidade da situação que se há apreender e analisar, em uma atitude objetiva, visando a uma ação ajustada a essa situação. A responsabilidade exige uma adaptação constante do agir à realidade dos fatos, das coisas, das pessoas, das normas e leis. Assim, o homem responsável é o homem da verdade interior, do acordo profundo com suas próprias convicções, e o homem da verdade no mundo dos negócios. Estes serão analisados e aceitos como o campo real aonde se virá inscrever a ação, sempre ajustada ou reajustada em um empenho racional de todo o ser humano.

A necessária corresponsabilidade na economia

Começamos por desfazer um equívoco, o que nos abrirá o caminho para uma melhor compreensão do problema. Muitas vezes se reivindica a participação na empresa. É justo, mas pode ser mal entendido. Essa reivindicação pode evocar a idéia de um privilégio. Seria vista como uma vantagem, o que acontece freqüentemente na luta pelos direitos do homem em uma interpretação individualista da Declaração francesa de 1789. A reação dos empresários, dos dirigentes econômicos, será o temor de estar cedendo as suas prerrogativas. Corremos riscos, raciocinam eles, enquanto os trabalhadores querem participar dos lucros, ter voz ativa na empresa, sem riscos ou participação ativa.

Assim, o que se há de propor como verdadeiro projeto ou ideal a prosseguir é a partilha da responsabilidade. A verdadeira exigência de base será a reivindicação da responsabilidade para todos, a conveniente

3. Max Weber opõe “ética da responsabilidade” e “ética da convicção” como dupla característica oposta de duas famílias de espíritos. Uns agem por “convicção,” buscando a coerência com seus princípios éticos; outros procuram agir de maneira responsável, considerando as conseqüências de seus atos. Não distingue, portanto, como se deve, na razão a dimensão de interioridade, de convicção e a dimensão de objetividade, de conformidade ao real.

partilha da responsabilidade, a corresponsabilidade. Esta é prerrogativa e dever simultaneamente. É a propriedade, a qualidade primordial pela qual a dignidade da pessoa é reconhecida e encontra sua possibilidade de afirmação e de plena realização na sociedade. No plano econômico, a corresponsabilidade é a forma de tornar efetivas a dignidade, a identidade e a liberdade do trabalhador.

O trabalhador é um agente de produção, seu trabalho tendo o aspecto de uma contribuição ativa, susceptível de ser apreciada e remunerada à semelhança de uma mercadoria. Contudo, se o trabalho é tido como simples mercadoria, destrói-se toda idéia de responsabilidade e de corresponsabilidade. Mais ainda, se destrói com isso, ou antes disso, a verdadeira visão ou relação ética na empresa.

Todos responsáveis, mas em grau e maneira diferentes

A necessidade da responsabilidade e sua partilha conveniente na economia, a começar da empresa, a corresponsabilidade, encontram em seu caminho grandes obstáculos, que são indicadores das dificuldades reais da humanização da empresa. Essa humanização é contrariada pelo conjunto dos interesses que se opõem aos valores éticos e até mesmo os utilizam de maneira ideológica, deles fazendo os princípios legitimadores de uma interpretação individualista dos valores econômicos. Esses interesses individualistas levam à concentração da autoridade que confisca para si o título e o uso da responsabilidade. Invoca-se o bem da empresa, a unidade e a eficácia de sua direção como princípios éticos e econômicos para fazer da responsabilidade uma prerrogativa dos chefes, que a distribuem por uma espécie de delegação, mais ou menos arbitrária. Reconhece-se à responsabilidade apenas uma *dimensão vertical descendente*, ela pertence à autoridade ou é por ela comunicada a seu bel prazer ou sob o imperativo de necessidades urgentes.⁴

4. Essa posição não reclama apenas um fundamento interesseiro e ideológico. Ela pode surgir de um imperativo de urgência, ditado pela conjuntura que exige decisões prontas e eficazes. Aparentemente Hans Jonas admite apenas esse paradigma de responsabilidade no campo ecológico. Esse autor vê a responsabilidade realizada em dois modelos eminentes: na autoridade política e na autoridade paterna. Sem dúvida é pressionado pela urgência de intervenções imediatas no campo ambiental, o que o leva a deixar para mais tarde uma educação da população no sentido da responsabilidade diante da natureza. A grande urgência seria a pressão da opinião pública sobre os “responsáveis políticos.” Sem desconhecer essa parte de verdade na argumentação de Hans Jonas, é imprescindível estabelecer o conceito universal de responsabilidade.

É, pois, necessário completar o quadro da necessária presença da corresponsabilidade, reconhecendo-lhe uma *dimensão vertical ascendente*. Ela comporta um movimento que vem da base e estabelece uma série de comunicações e intercâmbios com os diferentes escalões da empresa, ligando-os com sua direção. Essa responsabilidade da base, das diferentes estâncias de execução e sobretudo de direção, não se funda em uma simples delegação de poder vindo do alto. Essa espécie de realização qualificada e especial da democracia na empresa é exigida para a boa obtenção dos objetivos econômicos, porém mais ainda, pela dignidade humana e pelos valores éticos que decorrem dessa dignidade, e são prerrogativas inalienáveis da pessoa que se associa como colaborador na empresa.

A corresponsabilidade se desdobra também em uma *dimensão horizontal*, ligando os colaboradores de um mesmo escalão, antes de mais nada, em virtude da comunhão que os une aos mesmos objetivos da empresa, convenientemente compreendidos e aceitos por cada um; em seguida, pela força de uma solidariedade que reúne os interesses próprios, os interesses de sua própria categoria profissional, colocando-os em relação e harmonia com os interesses da empresa e da sociedade em geral. É claro que o surgimento e a persistência de uma rivalidade, ostensiva ou camuflada, entre os interesses categoriais e os interesses gerais da empresa e do bem comum, abalam toda corresponsabilidade em suas bases mesmo. A corresponsabilidade supõe uma visão da empresa como comunidade e não como justaposição de interesses.

Estruturação ética, jurídica e política da corresponsabilidade

A corresponsabilidade deve ser uma realidade vital e estrutural na empresa. Ela há de assumir a tríplice dimensão: ética, jurídica e política. Falamos de dimensões no sentido bem definido: de aspectos essenciais e indissociáveis dessa realidade complexa que é a responsabilidade compartilhada, a corresponsabilidade.

A questão de base que pode abrir as portas para a compreensão de nosso problema é a seguinte: para a empresa em seu conjunto e para cada um de seus membros, o que vai fundar, legitimar e delimitar o poder-dever de agir aqui e agora?

Sem dúvida, o cargo, a função, a autoridade de que alguém se acha investido confere um poder-dever. Tal é a dimensão política da

corresponsabilidade no seio da empresa. Pode-se olhar para o lado das leis, dos regulamentos e códigos, das convenções e dos contratos de trabalhos. Daí deriva a dimensão jurídica da corresponsabilidade. Ao invés, se se trata de um valor moral, de justiça, de veracidade, de lealdade, de solidariedade a preservar, a respeitar ou a promover, segundo as convicções da consciência, assim se afirma a responsabilidade de cada um e a corresponsabilidade de todos no plano da dimensão propriamente ética.

A corresponsabilidade se instaura e progride no seio da empresa, na medida em que se consegue estabelecer e fazer funcionar de maneira harmoniosa a normatividade ética, jurídica e política.

De modo geral, pode-se reter o axioma seguinte: a eficácia imediata e o controle mais fácil do êxito são assegurados pelo plano jurídico e político; ao passo que o entendimento profundo e a marcha duradoura serão garantidos pela força das convicções e dos valores éticos interiorizados por cada um e compartilhados no seio da empresa.

Educação da responsabilidade pela responsabilidade

O dinamismo econômico se desenrola como um processo de “equilibração ativa,” como se expressa o economista François Perroux, assumindo uma noção psicológica de Jean Piaget. A corresponsabilidade aparece então qual processo de equilibração, em que dominam os objetivos e valores tanto econômicos quanto éticos, ativamente assumidos em uma marcha progressiva, freqüentemente lenta e penosa. Começemos por considerar um caso-limite, que no entanto é freqüentíssimo na crise atual, caracterizada pela modernização da economia, que se faz “por destruição e criação de empresas” (Schumpeter). A degradação da vida da empresa se abre com a perspectiva de licenciamentos em massa, ameaça de falência, clima de incompreensão, de rivalidades, de ressentimentos e de desânimo, tudo isso ameaçando a retomada ou a sobrevivência da empresa.

A corresponsabilidade, se ela foi implantada e cultivada, se manifesta de maneira singular nesses momentos extremos. Seu papel inicial será decisivo para toda a série dos acontecimentos. Ela terá que ajudar a superar as fase de agressividade, de acusação, de culpabilização, de fatalismo, de designação de bode expiatório. A “equilibração ativa” terá uma chance de ser tentada, se todos juntos e lealmente enfrentarem a

questão de base: somos todos responsáveis (não se diz culpados), todos corresponsáveis, não de uma maneira vaga e confusa, mas comportando o discernimento: de *quem* é responsável, *de que*, *como*, *por quê*?

O despertar da corresponsabilidade se torna realidade, quando cada um toma consciência dos espaços de liberdade de que dispõe, reconhecendo que esses espaços se tocam e se adicionam, se articulam, reforçando e alargando a capacidade de ação para o conjunto. Semelhante surto de liberdade só será eficaz, se for acompanhado do acordar e do desenvolvimento de uma atividade racional, de uma melhor informação e de uma reflexão mais segura, trazendo um maior esclarecimento para guiar as tomadas de posições individuais e coletivas. Não se pense que se trate de uma marcha tranqüila, balizada por uma série de evidências. O sentido, a prática e a penetração da corresponsabilidade nos costumes e nas instituições exigem um esforço pessoal e coletivo de qualificação progressiva, comportando uma verdadeira e difícil ascensão humana. Será preciso ativar e estruturar as dimensões políticas, jurídicas e políticas, bem como as dimensões verticais e horizontais da corresponsabilidade.

Responsabilidade social

Essa responsabilidade social será considerada em suas exigências globais e nos deveres particulares para com os diversos componentes e agentes da vida econômica: parceiros, fornecedores, clientes e concorrentes.

Essa função social aparece hoje como típica de cada empresa. Esta aparece com toda a evidência como a unidade de base do sistema econômico, o revelador de sua saúde. É o primeiro núcleo onde se tomam as orientações decisivas, particularmente no que toca ao emprego e ao desemprego. Outro ponto importante veio à tona com a tomada de consciência ecológica.

Diante dos parceiros e concorrentes

A responsabilidade social da empresa vai encontrar um primeiro campo ligado diretamente às suas atividades específicas: são as suas relações com seus parceiros, tais como seus fornecedores e clientes, e com seus concorrentes e rivais.

A empresa terá de praticar e favorecer entre seus parceiros um jogo leal, feito de veracidade, de fidelidade e de confiança. As regras desse jogo visam assegurar e aumentar o verdadeiro dinamismo da economia, entendida como atividade e sistema de criação de bens e serviços úteis para as pessoas e as sociedades. Sem o elã constante e vigoroso desse dinamismo, toda norma ética corre o risco de ser ressentida como uma coerção para a marcha dos negócios e para as boas relações entre indivíduos e grupos.

Do ponto de vista da empresa, o dinamismo econômico que a sustenta e leva para a frente é constituído por um feixe de interesses e de valores, que condensamos nessas três grandes forças:

- O *interesse*, visando ao *lucro* e se traduzindo concretamente, para a empresa, na *rentabilidade* expressa na sua contabilidade;
- O *poder de mercado*, que se define pela capacidade que tem a empresa de exercer domínio e influência sobre as variáveis do mercado e sobre a renda dos que dele participam. A rentabilidade e o poder de mercado tendem normalmente a marchar juntos e revelam a força econômica da empresa.
- O terceiro elemento é a *solidariedade*, compreendida como o entendimento, que reina no seio da empresa e lhe permite, através da rentabilidade e do poder de mercado, chegar a se inserir de maneira ativa e influente no conjunto do mercado. A solidariedade é uma força que se abre mais diretamente aos valores éticos e é a mais apta a levar a empresa a se humanizar e a se tornar uma força de humanização dentro do sistema econômico.

Rentabilidade, poder de mercado e solidariedade, tal é o quadro ou o campo de forças aonde virá se inscrever e desenvolver a responsabilidade da empresa diante de seus parceiros, tais como seus associados, seus clientes, seus fornecedores. Essa responsabilidade deve dar dinamismo e coerência à empresa, sendo uma qualidade econômica e ética, conciliando e fortalecendo os objetivos financeiros e humanos da empresa. Esta deve evitar toda oposição consciente ou até mesmo inconsciente entre seus objetivos econômicos e éticos.

Assim, a rentabilidade será reconhecida em sua legitimidade, como resultado, como fator e índice de uma boa gestão e, por isso mesmo, como uma exigência ética de base para a empresa. Os interesses financeiros legítimos se afirmam como direitos prioritários a promover, gra-

ças à convergência de todos os esforços. A empresa e seus parceiros se referem a esse princípio econômico e ético como à fonte mesma das regras do jogo do seu relacionamento. Essas regras visam, antes de tudo, a tornar esse princípio efetivo e operacional.

O jogo econômico supõe que todos os parceiros aceitem esse princípio de ação e mesmo de luta, em vista do êxito, da prosperidade de cada um e de todo o sistema econômico. De maneira concreta, trata-se de reconhecer a regra de jogo nº um: a busca dos interesses legítimos de cada um, sem impedir ou entravar os mesmos direitos para todos, sobretudo para os concorrentes.⁵ O dinamismo desse jogo se manifesta de maneira eminente e delicada na busca do maior poder de mercado. Chegando a exercer uma influência efetiva e constante sobre os preços, sobre as quantidades disponíveis, sobre a raridade dos bens, sobre os órgãos de publicidade e de promoção, bem como sobre os outros elementos do *marketing*, a empresa se estabelece como uma força estável e segura de seu futuro, gozando de credibilidade e de confiança. Ela se torna uma potência real e psicossocial, firme e irradiante. Aliás, pelo seu poder de mercado, a empresa poderá imprimir ou contribuir para imprimir a orientação e os ritmos à economia e, através desta, marcar certas formas de viver, de pensar e de sentir em toda a sociedade em geral.

Daí, surge a questão ética importante e mesmo crucial. O poder de mercado aparece, com toda evidência, como um campo importantíssimo, em que se vem inscrever a responsabilidade social da empresa. De certo, como capacidade de ação e de influência, o poder de mercado é ambivalente, não é nem bom nem mau. Ele tem uma função instrumental. Como será utilizado nesse jogo de partilha e uso de poderes, favorecendo ou prejudicando os parceiros econômicos?

Está aí a questão ética, à qual o direito deve ser associado. Essa questão se concentra não no poder absoluto, mas no poder relativo e proporcional, de que dispõe cada parceiro, cada empresa ou grupo de empresas. À medida que vai crescendo e se concentrando, esse poder de

5. Retomamos e retificamos, assim, a máxima irônica dos fundadores da economia moderna: “Os vícios privados são virtudes coletivas”. A verdadeira formulação será esta: os legítimos interesses de cada um contribuem ao bem geral de todos. Mas esses interesses não são vícios, e sim dinamismo dos direitos e valores, em si humanos e éticos.

mercado se torna uma fonte de perversão e de corrupção, disfarçando-se muitas vezes no apelo à “realidade das coisas”, “à lógica dos negócios” ou das “leis econômicas”. Trata-se de fato de um tipo — falho — de realização dessas “leis”.

Sem dúvida, a empresa tem o direito e o dever, portanto tem a responsabilidade de assegurar para si um poder de mercado conveniente e na medida de sua importância econômica para a região e a sociedade. Mas ela não pode abusar das fragilidades estruturais ou conjunturais que são contrárias aos seus parceiros e passar da concorrência ao oligopólio e ao monopólio dominadores do mercado.

Cientes, consumidores e intermediários

As exigências éticas da responsabilidade da empresa se desvendam mais facilmente nas atitudes negativas. Elas traduzem os riscos ou as tentações de abusar do poder diante da fraqueza dos diferentes parceiros. Um simples exemplo: impor as condições aos fornecedores de quem a empresa é um grande cliente ou explorar a impotência dos clientes, quando a empresa é a única detentora de um produto ou serviço.

Esse poder de mercado pode se exercer em grande escala e em domínios da mais alta importância para o bom equilíbrio da vida social. É o caso da influência sobre a mídia, através dos canais subterrâneos do fornecimento ou da recusa de material publicitário.

As relações da empresa com os seus clientes *consumidores* constituem um capítulo de grande relevância, dado o caráter amplo e mesmo universal desse circuito de relações. As empresas e o sistema econômico em geral têm tudo a ganhar com o despertar generalizado e organizado das consciências e da opinião pública, visando a avivar a participação individual e coletiva dos consumidores. Abordaremos esse fenômeno, sob o ponto de vista da influência que os consumidores e consumidoras podem exercer para sanear e orientar a economia.

Na realidade, o mercado só será o verdadeiro barômetro da vitalidade econômica na medida em que todos os parceiros são convenientemente informados e se tornam participantes ativos na defesa de seus interesses e dos interesses da coletividade. Será, portanto, para seu próprio bem, tanto quanto para o bem da sociedade, que as empresas tomarão o caminho da colaboração com os consumidores, facilitando-lhes o acesso às informações que lhes dizem respeito, abrindo-lhes as

portas ao diálogo e ao intercâmbio. Mais do que uma publicidade espalhafatosa, esses contatos com os clientes podem levá-los a reconhecer e a proclamar com satisfação e verdade: “Esta é a nossa empresa”.

Por outro lado, as empresas, especialmente os mercados e supermercados urbanos, exercem um papel capital de *intermediários*, entre fornecedores, em geral produtores, e os consumidores. Na proporção de seu poder de mercado, sobretudo se ele é reforçado pelas concentrações dos oligopólios e monopólios, essas empresas terão uma grande responsabilidade, na saúde econômica, social e moral dos países em que operam.

Surge aqui uma questão de fundo. Ela desafia os gestores e a vontade política dos governantes: como conciliar, aqui e agora, as vantagens das empresas intermediárias, a justa retribuição dos produtores e os preços razoáveis para os consumidores? Sem dúvida, todos os interessados devem ter sua palavra a dizer e são chamados a assumir suas responsabilidades. Se todos os agentes econômicos não são ativos e bem informados, a concorrência degenera sempre em prepotência dos oligopólios e dos monopólios nacionais e estrangeiros. E, aqui se há de salientar o papel importante, e mesmo preponderante, exercido pelo poder das grandes empresas intermediárias. Elas são sempre tentadas a ganhar dos dois lados, extorquindo os fornecimentos mais baratos e alteando os preços para os consumidores.

Responsabilidade na concorrência e diante dos concorrentes

Em harmonia com uma visão positiva do lucro, da rentabilidade e do poder de mercado, é preciso reconhecer que a concorrência é em si benéfica. Ela merece não apenas ser tolerada como um mal menor, mas deve ser promovida sob o aspecto econômico e ético. A concorrência é um campo privilegiado da responsabilidade-corresponsabilidade, bem como dos mais altos valores éticos. Praticada, com lucidez e lealdade, ela leva à *competitividade*, que se afirma e define: como a aptidão a enfrentar os desafios e a progredir, dando o melhor de si mesmo, em resposta às dificuldades e exigências crescentes do jogo econômico. Mais do que o esporte, grandemente admirado hoje, o jogo econômico brilha por todo um feixe de qualidades de inteligência, de técnica, de qualificação profissional e de elevação humana. A grande lei ética da competição é procurar triunfar pelo valor humano e pela competência, produzindo e oferecendo o melhor nas melhores condições.

No entanto, a concorrência toma muitas vezes a forma de uma luta pela vida. É este um dos aspetos trágicos da crise atual e um dos efeitos da “modernização” da economia. Muitas empresas se vêem condenadas a desaparecer, por não lhes ser possível recuperar os meios de sobreviver, apesar das tentativas de saneamento, de reestruturação, de diversificação ou reconversão de que lançaram mão. Para se chegar a tecer, no dia a dia, uma concorrência firme e flexível, são necessárias qualidades muito exigentes e portanto muito enriquecedoras para cada pessoa e para toda a equipe. Assim, se impõe a prática constante da lealdade, do respeito ao concorrente, mesmo que este assuma a atitude de adversário ameaçador para o presente e o futuro de nossos próprios projetos. É preciso saber unir a transparência conveniente à discrição bem medida. O clima de concorrência estabelece com efeito limites à transparência. Esses limites não de ser determinados com a precisão ditada pelas situações e conjunturas, e devem entrar nos costumes do pessoal, pelos caminhos da educação, mas também de dispositivos regulamentares. Estes serão tanto mais eficazes quanto forem apoiados por sanções em caso de infração, mas sobretudo quanto mais forem interiorizados em uma atitude de responsabilidade, partilhada por todos e cada um.

Diante da sociedade em geral

Pelo trabalho conjugado de seus dirigentes e de todo o seu pessoal, a empresa visa primeiro ao seu próprio bem, aos seus objetivos econômicos e humanos, de caráter específico e que será tanto mais operacional quanto mais se fizer limitado e preciso. Mas há uma relação entre o bem da empresa e o bem geral da sociedade. “O que é bom para a General Motors, é bom para os Estados Unidos”. Esse slogan lançado há umas dezenas de anos queria significar uma identificação pura e simples entre os objetivos visados por uma empresa gigante e o bem geral de um país. Procura-se o bem do país favorecendo os projetos e a política econômica que levam os oligopólios à prosperidade. Essa atitude e a ideologia que a inspiram são largamente difundidas hoje no clima da modernização da economia. O sentido da responsabilidade se traduz em um discernimento do bem social e do bem especificamente econômico, entendido como produção e circulação de riquezas. Exige ainda a subordinação do segundo ao primeiro, ao mesmo tempo que a valorização mútua dos objetivos da economia e da sociedade em geral.

É perfeitamente acertado que a sociedade reconheça às empresas um papel preponderante no encaminhamento e na solução dos problemas sociais diretamente ligados ao domínio econômico, como o emprego, as condições humanas e a justa remuneração do trabalho. Por outro lado, as empresas reclamam, a justo título, a liberdade e as melhores condições para sua boa marcha. Retificando o slogan, pode-se proclamar: “o que é bom para a empresa responsável e solidária, é bom para a sociedade democrática”. Essa responsabilidade solidária da empresa se traduz concretamente em um conjunto de atitudes que vêm sendo reconhecidas por muitas empresas mais avançadas na tecnologia e vêm sendo exigidas por alguns expoentes da reflexão ética contemporânea.

É preciso abrir ou continuar uma confrontação serena entre os projetos que traduzem as possibilidades reais das empresas, e as expectativas e reivindicações da sociedade. Os consumidores de países mais desenvolvidos se unem e trabalham no sentido de dialogar de maneira crítica e construtiva com as empresas. Essa confrontação merece ser programada e seguida de maneira mais técnica pelas próprias empresas. Sua prosperidade só poderá ser beneficiada se os projetos econômicos são lealmente aprofundados, em contato com os movimentos e os líderes representativos das aspirações sociais.

Responsabilidade da empresa diante do ambiente (ecologia)

Os problemas ecológicos são diretamente ligados aos atentados e danos de que o ambiente vem sendo sido vítima. E nesses danos infligidos à natureza vão também sendo atingidas as gerações presentes e futuras.

Há uma tomada de consciência generalizada que se exprime nervosamente no slogan: “Quem polui e estraga, deve pagar e reparar o mal feito”. Essa reação espontânea intima os causadores das poluições e prejuízos mais evidentes a assumirem suas responsabilidades. Que as empresas de transporte sejam obrigadas a indenizar e a reparar os estragos causados nas estradas pelo excesso de peso de seus caminhões.

Dois pontos se destacam como grandes certezas, que hão de balizar a reflexão e os caminhos de uma ética econômica e política, nos domínios ecológicos:

- O primeiro concerne a atitude imediata e urgente que se há de tomar diante das poluições e estragos causados pelas indústrias atuais.

- O segundo visa a uma política e a uma prática econômicas, que levem em conta a modernização agora em curso.

A primeira atitude caracteriza uma ética da emergência ou da urgência. Ela tem por objetivo sustar o processo de degradação e de destruição do biosistema. Trata-se de estabelecer as grandes prioridades, levando em conta a gravidade e a extensão dos danos causados e sobretudo suas repercussões cumulativas. Assim, a destruição das florestas tropicais pode levar à desertificação, por via de erosão, e pode acarretar desequilíbrios irreparáveis para a biosfera.

Na perspectiva dessa ética de emergência, impõe-se uma legislação comportando medidas precisas e eficazes, bem como a aplicação efetiva e pronta dessas medidas para a proteção das águas, do solo e da atmosfera. As empresas devem ser as primeiras a acatar, a praticar tudo quanto toca a esse domínio, tão ligado à imagem que elas dão de si mesmas ao público. Mais ainda todo o seu interesse legítimo e toda a sua responsabilidade ética vão no sentido de colaborar no estudo e no estabelecimento das medidas mais acertadas a breve e a longo prazo.

Mas é preciso ir mais longe e visar à elaboração de uma ética ecológica global e progressiva, capaz de acompanhar e mesmo de prevenir o movimento aparentemente irreversível da modernização geral e crescente da economia. Tal era o significado da alerta lançada pelo Clube de Roma já em 1968. Essa mensagem ética foi retomada, ampliada e aprofundada por Hans Jonas, em seu livro que teve repercussão mundial, *O Princípio Responsabilidade*. H. Jonas considera com razão que a consciência da humanidade deve abrir-se a um novo paradigma ético. Ele propõe uma reformulação do imperativo categórico de Kant: “Age de tal maneira que as gerações futuras possam encontrar um mundo verdadeiramente habitável”.

As grandes empresas, especialmente industriais, não podem ficar na defensiva, limitando-se a não infligir a legislação existente. Elas têm a responsabilidade específica de colaborar com suas pesquisas, com seus laboratórios e suas capacidades de prospeção, a fim de preparar e ajustar nos prazos mais rápidos o conjunto de medidas que tendam a reparar os danos já causados e a preservar os recursos, as reservas do solo, da fauna e da flora. Cumpre salvaguardar o cabedal ou a fonte primeira de riquezas para a humanidade, que é a natureza em sua pureza e em seu equilíbrio.

Sistema, paradigma teórico de compreensão

Optamos pelo paradigma sistêmico, como instrumento para compreensão da realidade e do dinamismo da economia, bem como das ações e dos projetos de ética econômica, ajustada e operacional. Notamos inicialmente que os fundadores da economia moderna rejeitaram a aplicação de uma ética individual aos problemas específicos do domínio econômico. Aprofundando e em parte retificando essa crítica, reforçada por alguns pioneiros do neoliberalismo, como F. A. Hayek, reconhecemos que a ética social só será adequada e operacional quando visa e explica à qualidade humana da sociedade e das diferentes organizações, encarando-as e explicando-as em sua originalidade própria. O que significa quando apreende e analisa a sociedade e sua organização como sistemas.

A aplicação rigorosa porém matizada do paradigma sistêmico à análise da sociedade, especialmente da realidade econômica, e à elaboração da reflexão ética é susceptível de dar coerência e operacionalidade à ética econômica. A ética econômica de caráter sistêmico mantém um diálogo crítico com as doutrinas e ideologias que agitam o mundo. Pode-se dizer que ela reconhece a parte de verdade contida no neoliberalismo, que recusa as intervenções de uma moral individualista como ineficazes para reger o sistema econômico, mas ela oferece a este e aos outros sistemas uma compreensão e uma responsabilidade de caráter igualmente sistêmica.

Estrutura e funcionamento sistêmico

Cumpramos analisar a realidade do sistema, para nele reconhecer as possibilidades concretas bem como os limites inexoráveis quando se trata da aplicação efetiva do sistema de valores éticos, que lhe correspondem. O sistema com efeito aparece como o aliado e o adversário da liberdade. Ele confirma, reforça, maximiza e otimiza a liberdade que se integra no sistema, ordenando-a e orientando-a a seus objetivos e munindo-a dos meios adequados para a obtenção deles. Ao invés, a liberdade, que permanece fora do sistema, terá neste um adversário ou ao menos um concorrente que desafia adversários isolados e desprovidos dos meios de que o sistema está equipado.

Evoquemos a definição do sistema social em vista de confrontá-lo ao sistema dos valores éticos e analisarmos as condições de seu encontro

e de seu entrosamento. O sistema surge e se define como *a conjunção permanente e organizada de agentes e fatores, em uma convergência harmoniosa de atividades e de energias, de meios e técnicas, visando a maior e a melhor obtenção de objetivos, analisados e determinados com precisão.*

O sistema exclui a imprevisão, a improvisação, o amadorismo e toda espécie de hesitação ou imprecisão no que toca aos objetivos e aos meios de visá-los e atingi-los.

Encetemos nossa reflexão pelo lado dos objetivos do sistema. Quando se trata de sistemas sociais, os objetivos são funções sociais, são bens ou serviços de que a sociedade tem necessidade, o que se traduz numa “procura”, em um feixe de desejos conexos e permanentes. No sistema econômico, encontramos as expressões consagradas e estudadas da “oferta” (que vem do sistema) e da “procura” (que emana da sociedade).

Segundo elemento e segundo momento de nossa análise. Surgimento e organização dos agentes ou dos princípios criadores e motores do sistema. Quando surgem uma nova função social e um novo sistema, a análise parece mais fácil. A invenção e a inovação, as épocas de mutação fazem surgir aqueles que apostam na novidade, no progresso, na sua viabilidade, na sua rentabilidade. Com o desenvolvimento da economia, há um *know-how* que se constitui e se transmite. É uma espécie de capital cultural, que dinamiza o capital financeiro e é por ele dinamizado. É uma das formas de poder, o poder tecnocrático, em simbiose com o poder econômico, um e outro exercem uma influência dominadora sobre o poder político.

Um terceiro elemento de nossa análise é o circuito de meios e técnicas de produção, estruturados com segurança, com eficácia e com grande capacidade de adaptação e de evolução, sempre em diálogo e a serviço do consumo. A da qualidade técnica dos grandes instrumentos de produção, seu alto custo, seu alto nível de especialização fazem com que a economia esteja em toda a parte e seja no entanto um reino grandemente reservado a algumas dinastias. Em termos mais prosaicos, ela está sob a dominação de alguns oligopólios ou monopólios.

Um quarto e último elemento é o consumidor, que exerce a função de finalidade no sistema econômico. Tem essa importância fun-

damental. O sistema vive dele e para ele. Nesse sentido é o soberano, como o cidadão em uma democracia política. Mas é um soberano que não dispõe das chaves de seu reino. É servido, devendo aceitar o serviço e o preço a pagar por ele. É sondado periodicamente. O mercado tende a domesticá-lo, para que seja cada mais assíduo e menos exigente. Uma das questões essenciais da ética, suficientemente informada da realidade e do funcionamento do sistema, será precisamente esta: o consumidor pode agir positivamente sobre o sistema da economia?

A lei da circularidade

O sistema se estrutura e funciona dentro da lei da circularidade. Ele produz, oferece e vende uma mercadoria ao público, ao consumidor, levando em conta o apetite deste, manifestado precisamente pelo volume de seu consumo.

A questão: quem é causa, quem é efeito, quem manda, quem é mandado, está condicionada pela lei da circularidade. Há deveras uma circularidade de influências, um círculo de causa-efeito. Em todo sistema há esta lei de circularidade. Ela existe já nos sistemas naturais, na estrutura e no funcionamento dos seres vivos e nos psiquismos dos animais, tornando-se mais complexa nos seres humanos e nas sociedades tecnológicas. O sistema tem a sua racionalidade imanente, é um circuito de racionalidade, que é preciso antes de mais nada compreender.

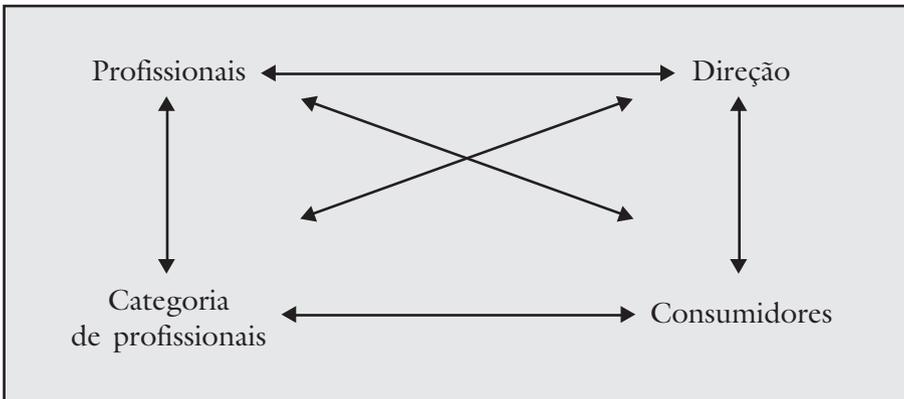
Mais precisamente, sob o ângulo ético, essa lei tem uma dupla modalidade diametralmente oposta de funcionamento. Mas ambas podem ser perfeitamente operacionais ou performantes para a rentabilidade do sistema. O que diferencia essa dupla modalidade é a forma de partilha da racionalidade e da liberdade, e portanto da responsabilidade, dentro do sistema e em suas relações com seus parceiros externos. Com efeito, seja dentro seja fora do sistema, podemos encontrar, ou não, o conhecimento das leis de estruturação e de funcionamento desse mesmo sistema. Esse conhecimento pode ser repartido em dosagens mais ou menos convenientes. Aqueles que conhecem e utilizam as leis e as possibilidades oferecidas pelo sistema vêm reforçadas suas capacidades de ação e de influência. Ao invés, os que se acham privados dessas vantagens terão reduzidas ou mesmo anuladas suas capacidades de participação. Estarão marginalizados ou mesmo de excluídos. A falta

de informação e de competência acarreta a formação de membros passivos dentro do sistema e de parceiros igualmente passivos fora do sistema.

Relações intra-sistêmicas e intersistêmicas

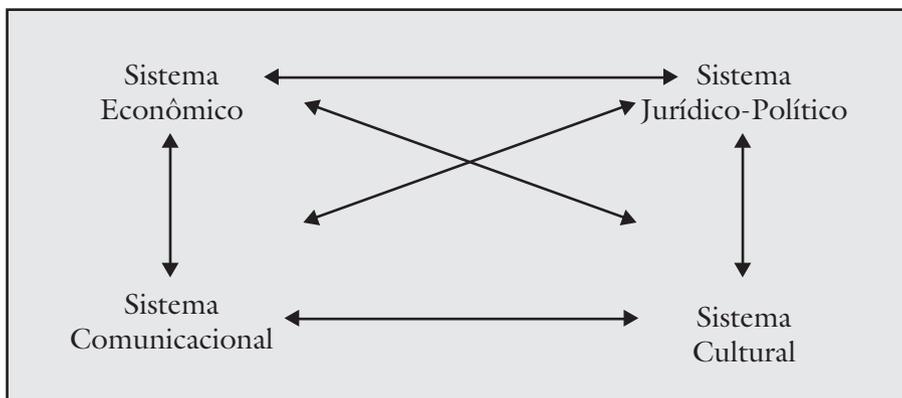
De modo geral, convém aprofundar a lei geral de funcionamento e de relação dentro de um sistema e entre sistemas. Formulamos inicialmente esse princípio sucinto, cuja compreensão pode dar-nos a chave de toda uma ética fundada e operacional: *somente uma ação de caráter sistêmico pode exercer uma influência efetiva, profunda e duradoura dentro de um sistema ou sobre um sistema.*

As ações e relações dentro do sistema, chamadas simplesmente “*intra-sistêmicas*”, ligam os profissionais, as categorias de profissionais, a direção da empresa e os consumidores:



Para estar à altura de agir de dentro do sistema, imprimindo-lhe uma orientação no sentido seja de sua operacionalidade técnica seja de sua qualidade ética, cada um desses elementos deve ter uma qualificação e exercer uma forma de ação de caráter sistêmico. Deve possuir um perfeito conhecimento da estruturação e do funcionamento do sistema, nele operar de maneira a utilizar os espaços de liberdade disponíveis e agir de maneira organizada, seguida e progressiva.

As relações da economia com os outros sistemas, as “*relações intersistêmicas*” se podem condensar no quadro seguinte:



Será sempre dentro da lógica e das leis próprias desses diferentes sistemas que eles agirão eficazmente uns sobre os outros. Esta ação e este jogo de influência de uns sobre os outros revestirão uma dupla modalidade: de eficiência técnica e de qualificação ética.

Normas e modelos de ética sistêmica

A eficácia da ética social está condicionada à aplicação conveniente dos valores, através de normas e modelos adequados, à realidade das situações. No caso da ética econômica, essa aplicação se concretiza no encontro dos valores, das normas e dos modelos com as funções e os quadros da economia, levando em conta as suas relações com os outros sistemas.

O princípio de verdade, de coerência, de operacionalidade será sempre este: as normas e modelos éticos não de exprimir as exigências dos valores éticos dentro dos quadros e das leis de funcionamento do sistema. É preciso compreender o sistema, para criticá-lo, para aperfeiçoá-lo, retificá-lo e até mesmo para recusá-lo. Mais ainda, só se exerce influência positiva ou negativa sobre o sistema, agindo de dentro dele, com o conhecimento de suas estruturas e leis de funcionamento.

Sistema de sistemas

À consideração da ética da responsabilidade, e dizemos mesmo da corresponsabilidade, surge a realidade econômica como um sistema, formado de sistemas. Esta última realiza o modelo de sistema, desde

que funcione bem, seja produtiva e rentável de maneira certa e duradoura. E quanto mais realiza essas qualidades, mais se aperfeiçoa em sua forma sistêmica de organização e de funcionamento. Essa forma sistêmica se encontra no todo e em cada um de seus elementos. Por outro lado, o aperfeiçoamento e o progresso se realizam, seja de maneira extensiva, pela ampliação geral, pela maior performance e produtividade do todo, seja de maneira intensiva, pela melhor organização e o melhor entrosamento de suas partes.

Veja-se o exemplo de uma empresa multinacional, ou melhor, transnacional. Enquanto cresce, ramificando-se em filiais através dos continentes, vai também estendendo sua boa organização em todas essas filiais e as vai enfeixando em laços bem tecidos de racionalidade, de qualificação profissional e tecnológica. Ela é animada pela exigência, vital e orgânica, de se implantar com certa perfeição e portanto de exportar tecnologia e de transmitir *know-how* e competência. Este é um dos lados positivos da mundialização da economia através da expansão das empresas transnacionais. Mas há igualmente os aspetos e efeitos negativos, no que toca à autonomia e ao crescimento da economia nacional. Tanto os lados negativos quanto os positivos se explicam pelo paradigma sistêmico, e concretamente, pela realização perfeita do modelo sistêmico, que se encontra nas empresas transnacionais. Assim a sua perfeita unidade, a articulação operacional de todas as unidades filiais, a partir da matriz e voltando à matriz, confere ao conjunto um grande dinamismo e um crescimento qualitativo. Mas esse processo encerra em si um princípio de concentração de riquezas e de poder. Isso não significa que a empresa transnacional faça uma opção por uma organização centralizada. Ela saberá aliar centralização e descentralização de governo, segundo as exigências de uma boa gestão. Porém, mesmo se adota a descentralização conveniente, o poder último de decisão se encontra na matriz, nas mãos dos acionistas da empresa mãe.

Pontos prioritários de influência no sistema

Mas como enfrentar com realismo esse projeto global de retificação ou de reforma do sistema econômico? Como tornar viável uma ética econômica dentro da complexidade e do dinamismo de uma economia, cuja mundialização e modernização parecem escapar não só ao controle mas à compreensão dos povos, dos seus chefes e líderes?

Esse projeto de busca solidária e responsável do bem-estar comum terá de que se realizar antes de tudo graças ao entendimento dos agentes econômicos dentro da empresa, reconhecida e aceita por todos como a “nossa” empresa. Esses agentes de uma empresa mais comum ou mais típica vêm a ser esse conjunto formado pela direção, pelos acionistas, pelos trabalhadores e seus sindicatos, pelos consumidores e suas organizações e normalmente pelo pessoal qualificado, que se pode designar cada vez mais, sem sentido pejorativo, como sendo os tecnocratas. Nós os consideramos, todos juntos, como agentes econômicos responsáveis, na acepção integral que reconhecemos a essa noção: são investidos de responsabilidade e são destinados a exercer e a progredir na qualidade chave que é a responsabilidade.

Acionistas

Os acionistas representam a presença viva do capital ativo da empresa. Na medida em que ela é dotada de poder consultivo, deliberativo e eletivo, a assembléia dos acionistas encarna a responsabilidade, como poder e como qualidade de governo, na vida e na orientação da empresa. Essa assembléia é a expressão e a forma concreta dos valores democráticos e éticos, ao menos como possibilidade de aplicação à economia, a partir de suas unidades de decisão. Esta é, em princípio, a maneira mais realista, pois os dados, os interesses de cada um e o bem comum de todos se tornam acessíveis ou se podem tornar disponíveis nessa primeira instância do sistema econômico. A assembléia dos acionistas é assim uma miniatura, uma concretização do minissistema econômico, susceptível de abrir-se aos grandes e graves problemas de todo o sistema econômico e mesmo socioeconômico.

Muitas vezes os acionistas, mesmo detentores do direito de voto, permanecem passivos, só se interessando pelos seus dividendos e pela rentabilidade da empresa. Outros são ativos, mas apenas na defesa e na reivindicação desses seus interesses de ordem financeira. Assiste-se hoje, no entanto, a um despertar da consciência democrática e ética dos acionistas. Eles se empenham na busca da informação e da competência, se organizam para agir eficazmente no sentido do projeto ético, que definimos como a responsabilidade solidária dentro da empresa e nas suas tomadas de posição em relação à sociedade. Um simples exemplo: há uma associação dos acionistas suíços da empresa transacional que é a Nestlé (Cf. CANES, na bibliografia). Nessa associação, os acionistas

se mobilizam, de maneira ativa e constante, em vista de ajudar a empresa a tomar decisões e orientações de caráter ético, sobretudo em seus investimentos estrangeiros. A considerar com realismo o sistema econômico atual, uma das forças mais importantes para a retificação, a reforma e a elevação éticas da economia hoje, se encontra nesse despertar dos acionistas e em sua capacidade de ação democrática e criadora.

Consumidores

Algo de semelhante se pode dizer desse outro agente econômico que é o consumidor e, muito especialmente, da ação organizada e permanente dos consumidores e das consumidoras.

As leis econômicas guardam sempre a sua consistência e sua validade. Elas se manifestam cada vez mais presentes e influentes. Mas há uma diferença radical em suas modalidades de aplicação, conforme o caráter passivo ou ativo dos agentes econômicos, sobretudo dos consumidores. Verifica-se uma tomada de consciência dessa realidade fundamental, o que já se traduz no plano das instituições e da política econômica dos diferentes países, mesmo entre nós. Há órgãos oficiais que estão à disposição dos consumidores, dependendo portanto da atividade, da formação, da competência econômica e da consciência desses consumidores.

A simples passividade é a expressão concreta de uma omissão, responsável, em fim de contas, das grandes falhas e dos desmandos do sistema econômico, deixado ao léu dos interesses financeiros da produção e do comércio das mercadorias e dos serviços.

A verdadeira revolução social depende hoje em grande parte da capacidade dos consumidores de assumirem suas responsabilidades de forma crítica e criadora. Em cada país e em cada região, a associação dos consumidores terá de estabelecer suas prioridades de ação, para colaborar com os agentes da produção e da distribuição econômicas, no que toca, entre outros, aos domínios da qualidade, do preço e da apresentação das mercadorias e serviços.

Direção

Designamos assim, de maneira geral, esse importante agente econômico, que representa o poder de governo dentro da empresa e que é o primeiro responsável direto de suas posições e orientações.

Há uma nova classe, uma nova categoria socioeconômica e cultural, formada pelos diretores, os presidentes, os executivos, os munidos de poder, que constituem o cérebro da atividade e da organização econômica, em conexão viva e constante com os outros sistemas da sociedade moderna. Mas sobretudo, manifestam uma grande sensibilidade às atitudes dos outros agentes de dentro da empresa, permanecendo atentos ao caráter ativo ou passivo de sua presença na vida econômica. A direção realiza, de maneira viva, o caráter sistêmico da empresa, ocupando os espaços deixados livres pelos outros agentes, especialmente pelos acionistas, pelos consumidores e pelos trabalhadores.

Passando a uma perspectiva ética, digamos que a direção da empresa é eminentemente responsável pelas suas atitudes e pela orientação que imprime aos outros agentes econômicos. A formação responsável do que foi, até pouco tempo, a classe patronal e é hoje um poder político, dentro da empresa moderna, constitui a grande promessa e a grande exigência da ética social, especialmente em sua função de ética econômica.

Tecnocratas

Com a escolha desse termo “tecnocratas”, sem nenhuma insinuação pejorativa, queremos marcar a importância da tecnologia, dos quadros especializados que a representam, nessa nova fase da história da economia. Trata-se de uma nova forma de um poder que sempre existiu, o do “*oikonomos*,” o do “administrador,” na economia antiga (Aristóteles, Xenofonte, a Bíblia). É a inteligência, a habilidade, a técnica, a dedicação que se empenham em fazer marchar os bens, o pessoal e os instrumentos de uma propriedade, valorizando, “otimizando” a produção e a repartição das riquezas. Hoje, o capital só se torna ativo graças a um *know-how*, a uma tecnologia cada vez mais requintada, que vem a ser a racionalidade econômica, no tempo e no espaço, na plena percepção das realidades presentes e virtuais, na prospeção do futuro. Ela tem em conta as leis do determinismo, do acaso, da probabilidade, calculando as promessas e riscos, buscando discernir os momentos de criar, de aguardar e mesmo de destruir, para melhor reconstruir.

A tecnologia, sempre em avanço, é o lugar privilegiado da responsabilidade solidária. Aí se opera o encontro do dinamismo dos valores econômicos e dos valores éticos, com a busca de como realizar a nova

empresa e a nova sociedade. Para além de uma “ética dos negócios”, e integrando-a no que tem de positivo, busca-se uma ética que seja, em seus modelos operacionais, a criação dos próprios tecnocratas, empenhando-se pessoal e comunitariamente, a serviço dos objetivos econômicos e humanos.

À guisa de conclusão

A economia contemporânea manifesta, em toda a sua complexidade e no âmbito mundial, um forte dinamismo, tecido de tensões e de conflitos, marcado pela polarização em torno da autonomia e da associação. Mas onde e como situar e favorecer a autonomia: das empresas, pequenas e médias? Das grandes empresas, nacionais, multinacionais ou transnacionais? Das grandes metrópoles urbanas, das regiões, das nações, dos continentes, dos organismos internacionais?

Tais interrogações não traduzem necessariamente exclusividade. Há soluções de compromisso, modelos mistos ou de transição, sobretudo nos países latino-americanos.

A nossa análise deve levar em conta um outro par de tensões e mesmo de conflitos: os interesses econômicos e os projetos políticos se defrontam, em todos os planos e em todas as frentes da vida nacional, regional, continental e internacional. Em princípio, de maneira formal, distinguem-se os campos econômicos e os campos políticos. Porém, na complexidade da vida social, há um interpenetração. E há, sobretudo, uma imensa perplexidade das populações. Elas não vêem com clareza se seus graves problemas serão melhor encaminhados com o predomínio das forças econômicas ou com o triunfo de uma vontade política, cujos projetos políticos se imponham aos interesses econômicos.

A primeira exigência é a análise da realidade sob o ângulo dos objetivos, dos valores, dos dinamismos efetivos tanto da economia quanto da ética. Os objetivos e os valores econômicos, consistindo em criação e difusão de bens e serviços, estão plenamente presentes. A mundialização da economia coincide com a sua prosperidade global. Mas essa mundialização se faz dentro da desigualdade e com a manutenção, se não com a acentuação, dessa desigualdade. A desigualdade se traduz em um predomínio da economia em relação à política, em benefício das regiões e grupos econômicos mais desenvolvidos em relação aos menos favorecidos.

Princípios, valores e critérios éticos

Em um plano de generalidade, pode-se propor um conjunto de princípios e valores que fornecem alguns critérios para as grandes opções de política econômica. Mas será necessário um empenho lúcido e corajoso para se chegar à elaboração e à aplicação de modelos concretos às diversidades históricas, geográficas e culturais de todo o nosso planeta e especialmente de nosso continente e de nossos países.

O primeiro princípio, muito fecundo em sua amplidão, é a interdependência da economia e da política, como dois sistemas sociais englobantes. Essa interdependência implica a autonomia de cada sistema em seu domínio próprio, mas igualmente a superioridade da política sobre a economia. O bem comum inclui os objetivos e os valores econômicos, mas apreciados e referidos aos outros objetivos e valores sociais, cujo conjunto forma o objeto adequado da atividade política e do sistema político. Sem dúvida, a repartição equitativa da renda e das riquezas nacionais não se pode fazer, sem a mediação de uma economia moderna próspera. No entanto, o poder político não pode confiar simplesmente à prosperidade da economia a justa distribuição dos benéficos econômicos, menos ainda dos outros bens sociais, como a segurança, a cultura, a educação e a saúde.

Em consequência do surto da economia e de sua mundialização, surge o problema conexo do paradigma de desenvolvimento, seja integrado ao sistema internacional, seja autônomo na escolha de suas prioridades.

O problema se coloca de forma diferente para um país ou uma região de economia desenvolvida e para os países menos desenvolvidos ou economicamente dependentes. Para o país econômica e tecnicamente desenvolvido, a mundialização significa sua expansão e, visto seu poder político e econômico, sua dominação crescente sobre os menos favorecidos. Para esses, a opção de se integrar simplesmente no sistema mundial atual significa aceitar as desigualdades dominantes e submeter-se aos modelos de desenvolvimento, vindos dos interesses externos, sobretudo através das condições e exigências impostas pelas entidades transnacionais.

A ética social parte dos princípios da dignidade e da igualdade de todos os seres humanos, e, em consequência, da autonomia e da solida-

riedade das sociedades políticas e culturais, em que os seres humanos se podem realizar plenamente.

A autonomia e a solidariedade das regiões, das nações e dos continentes se traduzem concretamente em um modelo de desenvolvimento, que seja integrado à economia internacional e seja endógeno, enraizado nas condições próprias de cada país ou região e livremente escolhidas por seu povo.

O problema efetivo se resume finalmente na interrogação: como realizar hoje essa conjunção da integração, da solidariedade mundial e da autonomia regional, nacional e continental?

A mundialização encontra seu principal dinamismo em entidades econômicas transnacionais e em organismos internacionais que delas dependem ao menos ideologicamente, pois são mantidos pelos seus países e sustentam o mesmo tipo de desenvolvimento que as favorece. No entanto, nada autoriza a afirmar que esse tipo de mundialização seja estático e definitivo. Seria uma impertinência atribuí-lo a uma ambição desmedida de um povo, de um continente ou de um hemisfério. Ele é o resultado de uma soma de interesses e de recursos, de riquezas e de tecnologia, que levam à concentração de capitais, de técnicas e de poder. Não se pode dizer que decorra da economia, de seu dinamismo ou de suas leis. Decorre, sim, de um tipo de aplicação da economia, a partir da desigualdade excessiva e levando a uma desigualdade cada vez maior e excessiva. A economia supõe sempre alguma desigualdade, que está na base da busca de intercâmbios. Mas a desigualdade que tende a aumentar com os intercâmbios é de sua natureza excessiva e redundará finalmente, a longo prazo, em detrimento da própria economia.

Modelo ético e econômico do desenvolvimento

Em todo o mundo, especialmente em nosso País e em nosso Continente, faz-se sentir a necessidade de uma compreensão teórica e operacional de um modelo ético econômico do desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos, uma ampla bibliografia vem sendo consagrada à ética dos negócios (*"Business Ethics"*). O pensamento social cristão é muito rico em críticas aos sistemas. Prodigamos também exposições gerais sobre os princípios e valores éticos, polarizados em torno do bem comum e da dignidade da pessoa. De maneira mais concreta, os direitos humanos são elucidados e reivindi-

cados na perspectiva dos trabalhadores. De modo geral, porém, na consciência e na reflexão ética, nota-se a falta de uma visão orgânica do sistema econômico, de sua função social, bem como da articulação dos valores econômicos e dos valores éticos.

Os princípios de um liberalismo absoluto e a confiança total depositada no capital internacional, em vista de realizar o desenvolvimento das regiões e dos povos hoje menos desenvolvidos, tenderão a aumentar a desigualdade, ao mesmo tempo que se acentuará o movimento de concentração de riquezas e de poderes econômicos. Repetem-se e agravam-se assim os erros da primeira industrialização e do chamado capitalismo selvagem. Este começou por apoiar-se na exploração colonialista da América latina e da África, cuja repartição entre as grandes metrópoles se celebrava solenemente em 1885 (Conferência de Berlim). O paradigma colonialista e neocolonialista foi parcialmente abrandado, mas foi acompanhado da concentração de capitais e de tecnologia, da discriminação e da exclusão de amplas faixas populacionais, em todos os países ditos civilizados e desenvolvidos. Foi também marcado pela desigualdade entre os setores industriais e agrários, na maior parte do mundo.

Hoje impõe-se colher as lições positivas e negativas desse processo de desenvolvimento. Ele foi positivo quando se aplicaram processos de participação, de associação, de educação e de formação de todos os agentes econômicos, de maneira especial dos trabalhadores. As falhas, as desigualdades, as discriminações surgiram e proliferaram, em virtude da concentração de poder econômico e da desqualificação da mão de obra e do seu aviltamento no mercado do trabalho.

O liberalismo absoluto se mostrou sempre ineficaz para a solução dos problemas humanos. O neoliberalismo entendido (no sentido keynesiano, por exemplo) antes como uma atenuação do liberalismo, mediante a valorização e uma melhor remuneração dos trabalhadores, revelou-se promissor. Ao invés, compreendido como a radicalização do liberalismo, o neoliberalismo só poderá ser mais ruinoso e mesmo catastrófico.

O paradigma de um desenvolvimento universal, integrando todos os povos, regiões e continentes, respeitando-lhes a autonomia, é o que sintetizamos na expressão de desenvolvimento integrado e endógeno. Ele se impõe como a única opção digna e satisfatória, pois é a única a

levar em conta os dados e valores econômicos e sobretudo os valores e direitos humanos fundamentais. Mais ainda. Ele se oferece como o único caminho para a sobrevivência da humanidade e para a preservação da natureza em seus recursos e em seu equilíbrio de biosistema indispensável.

Bibliografia

- ARAÚJO DE OLIVEIRA, M. *Ética e economia*. São Paulo: Ática, 1995.
- BARROSO LEITE, C. (Org.): *Sociologia da corrupção*. Rio de Janeiro: Brasil (Jorge Zahar Editor), 1987.
- BERTALANFFY, L. VON: *Teoria geral dos Sistemas*. tradução de Francisco Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973 (original inglês, 1968).
- BROWN, M. T.: *La etica en la empresa*. Paidós, Barcelona: 1992.
- CANES (Association Canes. Convention d'actionnaires Nestlé): *La responsabilité éthique dans l'économie et les entreprises*. Suíça: Trélex, 1986.
- CAHIERS DU CENTRE INTERDISCIPLINAIRE D'ÉTHIQUE Et DES DROITS DE L'HOMME, N° 8: *LA CORRUPTION*, Approches interdisciplinaires et modélisations, Université de Fribourg, Suíça: 1993. (Bibliografia internacional).
- CLUTTERBUCK D. y OTROS: *Actions Speak Louder*. A Managent Guide to Corporate Social Responsibility. Londres: Kogan Page, 1992.
- CORTINA, A.: *Razón Comunicativa y Responsabilidad solidaria*. Sigueme, Salamanca: 1985.
- _____. *Etica de la empresa*, Madrid: Trotta, 1994.
- COUTINHO DE ARRUDA, M. C.: *Uma bibliografia de ética dos negócios*. Fonte: Business Periodicals Index. Período de levantamento: agosto de 88 a julho de 92. Editor: Núcleo de Pesquisas e Publicações. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (Brasil, 1992).
- DOMENACH, J.-D: *La responsabilité. Essai sur le fondement du civisme*. Paris: Hatier, 1994.
- GARCIA ECHEVARRÍA, S.: *Cultura empresarial*. Díaz de Santos, Madrid: 1988.
- GÉLINIER, O: *L'Éthique des affaires*. Halte à la dérive. Seuil, Paris: 1991.
- _____. Trad. espanhola: *Ética de Los negócios*. Espasa-Calpe, Madrid: 1991.
- GILDER, G.: *El espíritu de empresa*. Espasa-Calpe, Madrid: 1984.
- JONAS H.: *Das Prinzip Verantwortung*. Insel Verlag, Frankfurt a.M.: 1979.

- KAVANNAUGH, J. F.: *Following Christ in a Consumer Society*. The Spirituality of Cultural Resistance. Orbis Books, New York: Maryknoll, 1981. Com bibliografia.
- LAURENT, Ph.: *Pour l'entreprise. Création et responsabilité*. Paris: Le Centurion, 1986.
- LAURENT, Ph. Y JAHAN E.: *Les Églises face à l'entreprise. Cent ans de pensée sociale. Réflexions et documents réunis pour l'UNIAPAC*. Paris: Le Centurion, 1991.
- LEBRET, L.-J.: *Princípios da Ação*. Duas Cidades: São Paulo.
- LENOIR F.: *Le temps de la responsabilité. Entretiens sur l'éthique*. Paris: Fayard, 1990.
- MOORE JR., B.: *Aspectos morais do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- PASQUIER-DORTHE, J. y PINTO DE OLIVEIRA, C.-J.: *La gestion, carrefour de l'économie et de l'éthique*. Fribourg, Suíça: Éditions Universitaires, 1990.
- _____. *Réussir les affaires et accomplir l'homme. Enjeux éthiques et économiques de l'entreprise*. Fribourg, Suíça: Éditions unviversitaires, 1995.
- PERROUX, F.: *Pour une philosophie du nouveau développement*. Paris: Aubier-Montaigne, 1981.
- _____. *Dialogue des monopoles et des nations. "Équilibre" ou dynamique des unités actives?* Grenoble: PUG, 1982.
- PINTO DE OLIVEIRA, C.-J.: *Éthique chrétienne et Dignité de l'homme*. Fribourg, Suíça: Éditions Universitaires, 1992. Cf. Cap. 17: Responsabilité et coresponsabilité au sein de l'entreprise.
- _____. *Moral, Amor e Humor*, Igreja, sexo e sistema na roda-viva da discussão. Rio de Janeiro: Nova Era, Record, 1997. Ver especialmente Cap. 9: Ética e economia pairando nas nuvens, p. 261-291.
- SALAMA, P. y VALIER, J.: *Pauvretés et inégalités dans le tiers monde*. Paris: La Découverte, 1994 (Bibliografia internacional).
- SANDRONI, P. (Org. e Sup.): *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1994.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedad*. Vol. 1, 3ª. Edição. Brasília: Editora UnB, 1998.